

As imagens da 1ª Guerra Mundial, na História e na Historiografia, em Portugal

António Paulo Duarte

Instituto da Defesa Nacional

Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL)

Resumo: Esta apresentação trata das imagens que em redor da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial foram elaboradas. E de como elas são configuradas pela nossa maneira de olhar para a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Não obstante, não estamos aqui estritamente a falar da historiografia e da sua construção da história, mas daquilo que a memória coletiva retém e da imagem com que se apropria de uma dada realidade histórica, da representação que faz de um dado acontecimento histórico. Trataremos subsequentemente de três momentos temporais: o primeiro, nasce da forma como é feita a leitura da nossa intervenção na 1ª Guerra Mundial por parte dos próprios protagonistas deste processo histórico; o segundo, na fase de rescaldo e em consequência dos resultados que a ação gerada pelos intervencionistas produziu de facto e a forma como a sociedade a procura então ler e dela se apropriar como memória coletiva; um terceiro momento, na atualidade e na reconstrução contemporânea da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e na revisão e refundação da sua memória coletiva.

Palavras-chave: Participação portuguesa, construção historiográfica, memória colectiva, reconstrução contemporânea; Primeira Guerra Mundial.

Abstract: This presentation deals with the images that around the Portuguese participation in World War I were elaborated. And how they are shaped by our way of looking at Portugal's participation in World War I. Nevertheless, we are not strictly speaking here about historiography and its construction of history, but about what collective memory retains and the image with which it appropriates a given historical reality, the representation it makes of a given historical event.

We will deal subsequently with three temporal moments: the first is born of the way in which our own intervention in the First World War is read by the protagonists of this historical process; the second, in the aftermath and in consequence of the results that the action generated by the interventionists produced in fact and the way in which the society then seeks to read and appropriates it as a collective memory; a third moment, nowadays and in the contemporary reconstruction of Portugal's participation in World War I and in the revision and refoundation of its collective memory.

Keywords: Portuguese participation, historiographic construction, collective memory, contemporary reconstruction World War I

Introdução

Alguns dos estrategistas mais reputados da cultura ocidental falam da guerra através da ideia de dialética, de modo a realçar a sua lógica dinâmica, em que o movimento é determinante. Esta leitura da guerra pode-se observar em Clausewitz com as três dinâmicas da interação que conduzem à ascensão aos extremos (Clausewitz, 1989, pp. 76-77) ou em Raymond Aron, a partir de Clausewitz, com um capítulo inteiro dedicado à dialética da confrontação (Aron, 1976, 151-287). É natural que a guerra seja um excelente motivo para as artes pictóricas ou gráficas, como a pintura, o desenho, mas também para a fotografia. Movimento e espetacularidade combinam bem com arte, principalmente com as artes plásticas. Ora, quando pensamos na(s) ideia(s) de imagem(s) vemos uma representação gráfica ou plástica da realidade. Ao referirmo-nos a uma imagem, logo visualizamos um desenho ou uma fotográfica, um quadro ou uma escultura. Com efeito, segundo um dicionário de filosofia, uma imagem é ou deve ser uma “representação mais ou menos exata de uma realidade qualquer” (Clément, Demonque, Hansen-Love e Kahn, 1994, p. 192).

Não é todavia a imagem que vemos, mas a representação que o cérebro dela constrói. Susan Sontag observa, a propósito da fotografia, mas com mais propriedade, serve para as artes pictóricas e plásticas, “é sempre a imagem que algum escolheu; fotografar é enquadrar e enquadrar é excluir” (Sontag, 2015, p. 50). As Imagens são, efetivamente, elaborações sobre a realidade que as sociedades constroem. Como diz Fernando Pessoa no Livro do Desassossego, é o cérebro que narra o que vemos: “o romancista é todos nós, e narramos quando vemos, porque ver é complexo como tudo” (Pessoa, 2006, p. 56).

É preciso, assim, observar que imagem e imaginação correlacionam-se e que a imagem não é um espelho do real, mas uma burilação da realidade. De facto, imaginação e imagem têm a mesma origem etimológica, vindo do latim “imago”, que significa “imitação” ou “representação” ou “retrato” (Clément, Demonque, Hansen-Love e Kahn, 1994, p. 192). A imagem não é por isso mera representação, mas uma imaginação sobre o que é o real observado e como deve ser representado. Assim, dentro deste sentido, a linguagem poética, (tal como toda a linguagem), é tão produtora de imagens, como aquelas a que habitualmente reportamos às artes pictóricas ou gráficas ou plásticas. “As imagens poéticas são figurações num sentido privilegiado, como formas introduzidas. São «imaginações» (o resultado de pôr alguma coisa em imagens), incrustações (...)” (Han, 2018, p. 75).

Esta apresentação trata das imagens que em redor da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial foram elaboradas. E de como elas são configuradas pela nossa maneira de olhar para a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Mais do que ler a imagem despida de todo o conteúdo narrativo e de todo o contexto da conjuntura em que é elaborada, parte-se da narração que sobre a nossa participação na 1ª Guerra Mundial é feita, em cada época, para nos aproximar-nos das imagens que sobre ela foram construídas. A elaboração da narração sustenta de algum modo a burilação da imagem que sobre esse acontecimento é feita. A imagem aqui deve ser entendida, não no sentido literal, de algo expresso de forma pictórica, mas sim, no significado final que se extrai da representação sobre essa realidade, no seu sentido último ou na sua significação mais geral.

Não se trata aqui, não obstante, de estudar a história da história da nossa participação na 1ª Guerra Mundial, mas de procurar e tentar ver como em cada época a sociedade portuguesa, genericamente, observou ou quis observar essa intervenção e sobre ela construiu

uma narrativa, ou seja, na verdade, uma imagem, que a descrevia em termos curtos e significativos. Em suma, como a sociedade exprimia de forma precisa e incisiva a participação de Portugal na Grande Guerra, tal qual o que se pretende com a elaboração de uma imagem plástica ou pictórica. Inegavelmente, os historiadores podem ter, de um modo ou outro, favorecido mais ou menos uma dada interpretação, a que a sociedade se apegou para explicar, compreender e incorporar na sua memória coletiva a experiência de Portugal na “catástrofe seminal” que inaugurou o século XX.

Não obstante, não estamos aqui estritamente a falar da historiografia e da sua construção da história, mas daquilo que a memória coletiva retém e da imagem com que se apropria de uma dada realidade histórica, da representação que faz de um dado acontecimento histórico. Trataremos subsequentemente de três períodos, o primeiro, no momento em que acontecimento em causa se desenlaça e se começa a construir, ou seja, da leitura da nossa intervenção na 1ª Guerra Mundial por parte dos próprios protagonistas deste processo histórico; o segundo, na fase de rescaldo e em consequência dos resultados que a ação gerada pelos intervencionistas produziu de facto e a forma como a sociedade a procura então ler e dela se apropriar como memória coletiva; um terceiro momento, na atualidade e na reconstrução contemporânea da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e na revisão e refundação da sua memória coletiva.

Este texto não pretende ser mais do que uma aproximação a uma leitura sobre a imagem que ao longo do tempo se foi edificando na memória coletiva sobre a intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Trata-se de procurar identificar alguns traços, necessariamente ainda incipientes, para mais num curto texto, que abram caminho para uma reflexão mais profunda sobre a memória nacional e mais particularmente sobre a memória da intervenção de Portugal na Grande Guerra.

1. A imagem da “Grande Guerra” durante a 1ª Guerra Mundial em Portugal

A imagem coeva da intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial é bifocal, tal qual a situação concreta em que o país vivia. De um lado, “guerristas”, de outro lado “antiguerristas”. Para os republicanos radicais, propulsores da intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial, a participação na conflagração, por paradoxal que nos possa parecer, emergia como uma afirmação de modernidade e de pertença. Portugal ao lado da “Entente” era um espelho de modernidade e de pertença à Europa moderna. Para os que se opunham aos radicais republicanos e ao seu belicismo, o intervencionismo espelhava a vontade de uma minoria em servir os seus próprios interesses contra o sentimento geral da nação.

Ao reler várias décadas depois a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial, Norton de Matos, um dos mais importantes propulsores da nossa intervenção nessa conflagração, começa por realçar o que se pensava do que Portugal poderia dar às nações beligerantes com que o país acabaria por se aliar após a declaração alemã de guerra a si:

“Nos centros militares ingleses (...), não se julgou que a organização de uma divisão composta de cerca de 20.000 homens, importasse real sacrifício para uma nação de 6 milhões de habitantes, cujo orçamento de guerra é muito superior ao da maior parte dos estados balcânicos, os quais, com populações muito inferiores à nossa, facilmente põem em pé de

guerra muitas centenas de milhares de homens.” (Teixeira Gomes a Freire de Andrade, carta de 30 de novembro de 1914, citada em Matos, 2004, 3^a, V, p. 51).

Esta parcela de uma carta exposta por Norton de Matos nas suas Memórias e Trabalhos da Minha Vida, as memórias que nos legou no fim da vida, contém implicitamente muito do que foi a ideologia dos intervencionistas entre 1914 e 1918. Aqui presente está, para além da questão epidérmica do número de efetivos que Portugal poderia ou não fornecer, como combatentes, aos aliados, duas questões implícitas: a da capacidade ou não de Portugal ser uma nação moderna, capaz de intervir consequentemente na guerra que atravessava o continente, e seguidamente, de ser efetivamente parte da Europa, porquanto intervir na contenda, de forma substantiva, era na realidade, ser parte integrante da modernidade europeia, que se espelhava no poderio da violência destrutiva da conflagração.

Por isso, para Norton de Matos, modernidade e transformação de Portugal, e a relação de Portugal com a Europa, passavam pela capacidade do país ser capaz, estando a altura do desafio, como acontecera no período áureo dos Descobrimentos, de intervir substantivamente na guerra e no principal teatro de guerra, a Flandres em França. Para a peleja não faltariam homens, diria Norton de Matos, considerando-se o homem como uma invariante universal:

“Foi em agosto de 1915 que principiei a tratar de material, fardamentos e equipamentos para a o nosso exército. Homens não me faltavam, sabia-o bem. (...). Na guerra o essencial é o combatente e desse dispomos felizmente.”

Todavia, o “milagre”, para Norton de Matos, não era mobilizar homens, mas apresentar um exército moderno que pudesse travar uma guerra na Flandres contra os alemães, um símbolo da modernidade por excelência. Tancos foi uma demonstração dessa modernidade:

“Chamaram-lhe Milagre de Tancos. (...). Nunca se viu em Portugal tão grande número de forças militares reunidas; como apareceram, perguntava-se, todas aquelas viaturas hipomóveis e, como espanto geral, os automóveis, às centenas (...).” (Matos: 2004, 3^a, V, pp. 163 e 237).

Como referem António Telo e Marquês de Sousa (Telo e Sousa, 2016, pp. 171 e 173), para os guerristas, as manobras de Tancos serviram para apresentar ao país a modernidade que a guerra aportava ou deveria aportar. Era pura propaganda, mas espelhava o seu desejo e anseio ao mesmo tempo. A intervenção portuguesa na Grande Guerra era a ponta de lança da modernização nacional e da sua inserção na Europa, pensavam os republicanos radicais, guerristas, e como tal, as manobras de Tancos foram uma enorme manobra de propaganda em que a imagem dessa modernidade foi explorada. Leia-se como é promovida pela Ilustração Portuguesa, à época, o “Milagre de Tancos”:

“A jornada de Tancos foi quasi uma epopeia e uma vitoria para a Republica, Durante mezes 20:000 homens, beirões, alemtejanos, durienses, transmontanos e ciladiao ergueram alto, muito alto, o nome e o prestigio do nosso amado Portugal. Simples cavadores, gente rude, pobres aldeãos, trocando as alfaias agrícolas, a picareta e o alvião, puzeram aos hombros uma espingarda e marcharam, cônscios dos seus deveres, galhardamente, bizarramente, ensinando ao mundo inteiro que n’este velho e ignorado canto da Europa ha corações que aneiam pela liberdade dos povos, ha homens valorosos capazes de defenderem, palmo a palmo, o terreno conquistado aos que lutam pelos maiores ideaes de paz e de libertação dos povos. Sim! Os mobilisados de Tancos, já agora o ponto inicial do ressurgimento da nossa raça, além de uma preparação metódica, regular, cheia de patriotismo,

ficaram sendo cidadãos robustos, homens fôrtres, um punhado de hercules, lembrando os audazes conquistadores dos tempos idos, os nossos antepassados, essa falange aguerrida que deslumbrou o mundo com os seus feitos e os seus rasgos de valor. De um pinhal incul-to, onde o mato crescia e as urzes medravam, como n'um quadro de mutação, em magica de grande espectaculo, braços vigorosos, impulsionados por inteligencias lucidas, ergue-ram em poucos dias essa pequena cidade de madeira e lôna, na qual se vivia em plena liber-dade, na qual se respirava a plenos pulmões.” (Martins, 1916, p. 106).

Neste longo texto se configura muitos dos *topos* sobre o que deveria ser e que efeitos deveria ter a participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial: a transformação da nação de incultos cavadores em novéis cidadãos, num contexto de uma educação moderna, “metó-dica, regular, patriótica, lúcida”, que evidenciasse quanto Portugal era parte e pertencia a essa Europa moderna, tal qual ela existia no norte do continente, para onde partiriam esses soldados para combater e elevar o nome do país, como o tinham feito os portugueses no século XV e XVI. Tancos era a nação moderna, à altura do grande desafio dessa moderni-dade, o da guerra, o da maior guerra de todos os tempos (até então obviamente), como os intervencionistas sabiam e nela queriam participar.

Em nome da pertença à modernidade e ao progresso, em nome da civilidade, Portugal assumia-se assim como beligerante. Este *topos* aparece igualmente num panfleto publica-do pela Junta Nacional de Propaganda Patriótica em 1916:

“Tínhamos de cumprir um dever: cumprimo-lo. Tínhamos de zelar pelos mais altos in-terêsses nacionais. Por êles lutamos. Mas os povos não tem só deveres a cumprir e interês-ses a salvaguardar. Os povos também nutrem aspirações magnânimas, também possuem um ideal, também defendem uma civilização. (...). Não estamos desagregados do grande organismo da humanidade que luta por uma liberdade cada vez mais ampla, por um direito cada vez mais equitativo (...).” (JNPP, 1916, p. 7).

Ou como diz Teixeira de Pascoaes, em 1916, precisamente sobre a guerra ou em defesa da guerra, “poderíamos evitar a guerra (...) se abdicássemos da nossa personalidade euro-peia”. (Pascoaes, 1916, p. 109).

A imagem que assim se queria fazer passar é de um país que com a intervenção na guerra se modernizaria e se europeizaria. Este facto, paradoxalmente, seria feito através da inter-venção numa imensa contenda, o que contraditoriamente, na realidade, espelhava para os coevos a modernidade e a contemporaneidade. Os intervencionistas queriam fazer passar a mensagem de que a intervenção era um salto para a pertença a Europa civilizada e para a modernidade; era um processo de modernização radical da própria sociedade portuguesa, que se revelaria cidadã patriótica e republicana.

Pelo contrário, os seus oponentes observam a política intervencionista como se fosse de uma empresa ao serviço de interesses pessoais ou de partido. A guerra é expressão de uma facção que a impõe ao país e como se um negócio se tratasse, servindo os seus interesses e das potências estrangeiras que esses próprios interesses servem, e que vão assim contra a vontade e os verdadeiros anseios da nação. Palavras como “vendilhões” e “matadouro” são comumente usadas nesta propaganda (Santos, 2013, pp. 38–40). Aqui, muitas das vezes, os republicanos acabam por ser vistos como “traidores” à nação (Santos, 2013: p. 39).

2. A imagem da “Grande Guerra” durante “Nova República Velha” e o Estado Novo

Todavia, se durante a 1ª Guerra Mundial, o país se vê confrontando com duas imagens sobre a sua intervenção, após a conflagração, de algum modo é necessário reconstruir uma imagem consensual sobre esta. E aqui são as circunstâncias de ter-se de facto participado na 1ª Guerra Mundial e de ter-se enviado forças expedicionárias para África e principalmente, para a Europa, o que acabara por pesar na elaboração da narrativa sobre a guerra posterior ao fim da contenda. O acontecido impõe-se como realidade insofismável. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, a imagem da intervenção nacional ganha contornos distintos, que resultam em boa medida da edificação de uma memória da participação portuguesa na contenda que fosse o mais consensual possível para a sociedade e que, de algum modo, ocultasse a profunda dilaceração que o intervencionismo e o anti intervencionismo engendraram durante a guerra. Aproveitando um discurso, ainda elaborado durante a Grande Guerra, em torno da heroicidade sofrida do soldado português face a adversidade, elabora-se uma narrativa heroica em torno da nossa participação na 1ª Guerra Mundial, que tem como corolário a derrota na denominada batalha de La Lys, em que as forças portuguesas só são batidas graças a dimensão (real, é certo) do ataque alemão.⁵² Esta visão da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial perpassa por exemplo as páginas das memórias de Jaime Cortesão:

“Coletivamente na guerra, na nossa guerra, salvou-se o soldado. Ele foi, sempre que o não enganaram, paciente, sofredor, heroico. Teve na maior parte das vezes a compreensão das coisas mais elevadas. (...). Esse soldado é ainda o mesmo de Aljubarrota e do mar.” (Cortesão, 2016, pp. 161-2).

Esta imagem da nossa participação na 1ª Guerra Mundial passa de forma muito clara para os compêndios escolares durante o Estado Novo. Note-se, adicionalmente, que são livros únicos que refletem uma ótica ideológica conforme ao regime, como salientaremos mais à frente.

“O mês de março [de 1918] foi o mais ativo e de maior atividade dos nossos soldados, que se bateram heroicamente durante dias consecutivos. (...). Foi nestas circunstâncias que, às 4 horas da madrugada desse dia [9 de abril] os alemães desencadearam a ofensiva da Flandres (...). Batemo-nos com a maior bravura, mas perdemos toda a artilharia, tivemos numerosos mortos e foram feitos prisioneiros 300 oficiais e 7.000 soldados. (...). Em setembro de 1918 os batalhões retomaram a marcha da ofensiva e a data do armistício colaboravam eficazmente com as brigadas inglesas no norte de França e na Bélgica.” [Matoso, (s/d), p. 361]. Assim é descrito pelas mãos de um dos autores mais profícuos de manuais de história do Estado Novo, António G. Matoso, a participação de Portugal na Flandres, na 1ª Guerra Mundial assim como o seu corolário.

Tal qual o texto memorial e quase historiográfico de Jaime Cortesão, o tema da bravura e da combatividade face a imensas forças adversas é o tópico decisivo do texto de António G. Matoso. Neste particular o que se glosa não é tanto a elite que dirige a força bélica como a

⁵² Escusa-se o texto de dissertar sobre a denominada batalha de La Lys, visto não ser esse o foco o mesmo. O estudo mais completo e inovador sobre a mesma é de Telo e Sousa (2016) para o qual remetemos o leitor.

povo humilde que espelhava, para lá das debilidades inerentes à sua pobreza e a incultura nacional, as qualidades intrínsecas da raça. A bravura era um atributo do povo, do país e da nação, algo que podia ser inscrito na memória coletiva e que caracterizava no essencial a intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Realçamos adicionalmente que neste texto, como noutros tantos, assim parece, nunca se observa a imensíssima discrepância entre o contributo português e britânico para a conflagração, como se ambos os países tivessem feito um esforço de guerra com alguma similitude.

A ideia da heroicidade, da bravura, da intrepidez nacional aparece em outros manuais do Estado Novo sobre a participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial, sendo até a única qualidade ou adjetivação que é empregue em textos em geral muito secos e estritamente descritivos sobre a intervenção portuguesa na conflagração:

“Em 1914 desencadeou-se na Europa um conflito armado que ficou conhecido pela Grande Guerra, na qual se envolveram a Alemanha e a Turquia, a Bulgária e a Áustria-Hungria, contra a França, a Rússia, a Sérvia, a Inglaterra, a Itália e outras nações aliadas, Portugal, a princípio, manteve-se neutral: mas em Fevereiro de 1916, devido à secular aliança que mantém com a Inglaterra, viu-se forçado a entrar no conflito, que só terminou em Novembro de 1918 pela derrota da Alemanha, que então pedira a paz, confirmada pelo Tratado de Versalhes (1919). O exército português, quer em França, onde suportou batalhas formidáveis como a de La Lis – 9 de abril de 1918 – quer em Angola e Moçambique, deu sempre as mais brilhantes provas de heroísmo e de valentia”. [Barros, (s/d), pp. 169-70].

Neste texto, edificado para a 4ª classe e para a admissão aos liceus, o autor constrói sobre a nossa participação na 1ª Guerra Mundial um texto quase que estritamente informativo, de datas e intervenientes e acontecimentos, a que só escapa a frase final, que qualifica e opina exatamente a forma como os portugueses se comportaram na contenda: heroicos e intrépidos.

Os manuais do ensino da história e da filosofia do Estado Novo tinham por fito formar consciências nacionalistas e católicas e promover a unidade moral da nação, configurando uma visão única do passado (Carvalho, 2005, pp. 74-78). Neste sentido, a imagem que estes compêndios de história espelham é consonante com a base ideológica do regime do Estado Novo. É, no entanto, interessante observar que o quadro geral em que a intervenção portuguesa é descrita nestes compêndios tem um cariz nacional, ocultando a profunda divisão político-ideológica que à altura da intervenção da conflagração dilacerava a sociedade portuguesa, carácter nacional que se reflete depois na intrepidez com que os soldados portugueses se batem. Parece óbvio que o discurso narrativo do Estado Novo sobre a intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial procurar ter um carácter consensual e nacional, o que encaixaria com a visão ideológica de os manuais proverem à unidade moral da nação. Ora, este racional coadunava-se igualmente com a leitura que a própria “Nova República Velha” quisera formular sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. E nesse sentido, engendrou-se um discurso narrativo, de cariz nacional, comum a todas as partes e consensual sobre a intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial, muito ligado à heroicidade e à combatividade do soldado (= povo) português.

3. A imagem da “Grande Guerra” na contemporaneidade

Coube a Nuno Severiano Teixeira abrir as portas para um repensar contemporâneo sobre as causas da intervenção portuguesa na Grande Guerra, abandonando uma leitura estritamente externa dos seus motivos, e em consequência, observada segundo critérios nacionais, recolocando o olhar, a imagem da participação na contenda a partir de lentes internas. Partindo de novas conceções historiográficas e de aproximações teóricas das Relações Internacionais, Nuno Severiano Teixeira valorizou as dinâmicas e os comportamentos políticos internos na elaboração da política externa de cada Estado, concluindo que o motivo decisivo da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial resultara da vontade da corrente republicana hegemónica, alicerçada no Partido Republicano Português, ou como era então denominado, “partido democrático”, de instrumentalizar a guerra em vista à consolidação da República, e do próprio poder democrático, quer internamente (através da “União Sagrada”, seguindo o modelo francês), quer externamente (edificando uma parceria estratégica com as demais potências aliadas, equiparando Portugal a estas e assegurando o prestígio internacional do país no seio da “Entente”) (Teixeira, 1996). Como disse Pedro Aires Oliveira, com a tese de Nuno Severiano Teixeira, torna-se dominante na leitura da historiografia, “o primado da política interna” como motivo e fonte da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. (Oliveira, 2011, pp. 185 e 190-193).

Não obstante, o próprio Nuno Severiano Teixeira logo observou que a política intervencionista não era consensual na sociedade portuguesa (Teixeira, 1996) e fomentou fortíssimas resistências internas de variado tipo ao longo da conflagração. António Telo diz que com a Grande Guerra, a disputa política pré-existente seria enquadrada na oposição entre “guerristas” e “antiguerristas”, sendo esta cisão o eixo em redor do qual todo o combate político e ideológico se desenvolveria (Telo, 2014: 10-14).

A leitura de Portugal na 1ª Guerra Mundial passa então a ser lida e observada à luz de um conceito mais abrangente, cunhado por Fernando Rosas, as “guerras civis intermitentes” (Rosas, 2007), que espelha a profunda divisão e luta política e social por que passava o país nos anos finais do regime monárquico constitucional e pela 1ª República, e que muitos historiadores e cientistas sociais enquadram na crise provocada pelas transformações radicais geradas pelos paradigmas tecno-industriais em sociedades ainda fortemente marcadas pelas estruturas socioeconómicas e políticas do antigo regime. Podemos e devemos dizer que Portugal vivia durante a 1ª República um estado de “guerra civil larvar” pontuado por “guerras civis intermitentes” e que atingiriam um paroxismo muito elevado durante o período da 1ª Guerra Mundial. Com efeito, das cinco grandes batalhas que acontecem em Lisboa durante os 15,5 anos de 1ª República (3-5 de outubro de 1910; 14-15 de maio de 1915; 5-8 de dezembro de 1917; a “Monarquia do Norte” em janeiro e fevereiro de 1919; o 18 de abril de 1925), três aconteceram durante a conflagração mundial ou no seu rescaldo (Duarte, 2015: 94-95).

A intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial: A “guerra civil Larvar” e a sua consequência nas “guerras civis intermitentes” acabam por ser um espelho daquilo que pode ser olhado como uma antinomia, uma oposição entre o Estado e a Nação. Esta antinomia, se assim ela pode ser definida, é expressa e comentada por Nuno Severiano Teixeira, a partir de um texto de Aquilino Ribeiro, referente ao início da guerra, e que resulta de um encontro deste com um dos mais fervorosos “guerristas”, o embaixador (Ministro Plenipo-

tenciário) de Portugal em França, João Chagas, na sede da embaixada em Paris, texto esse que serve para o historiador interpelar os motivos que levariam o país a beligerância e à expedição para a Flandres do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.):

“Aquilino atravessou Paris, que partia para a guerra e dirigiu-se a Avenue Kléber, à Legação de Portugal. Na chancelaria discutiam-se os dez mil homens, que segundo os jornais, Portugal ia mobilizar contra os Impérios Centrais. (...). «Como a sugestão é disparatada, rematadamente disparatada, pode ser que vingue», retorquia Aquilino. (...). Aquilino regressa a casa e cruzando Paris, em sentido inverso e pensa para si próprio: «Em nome de e que justa, necessária causa, se podem despachar para o matadouro os meus pobres, ignorantes e pacíficos labregos?» (...). (...) [Era] a questão da atitude de Portugal perante a guerra: o consenso nacional nunca conseguido.” (Teixeira, 1996: pp. 188-9).

A questão posta era e é precisamente aquela que Aquilino Ribeiro punha em cima da mesa. Qual era a relação real do país com a Grande Guerra e com a participação política e militar de Portugal na contenda?

Não será por acaso que os estudos historiográficos recolocaram o seu olhar sobre a vida e o dia-a-dia e o quotidiano dos soldados Portugueses da Grande Guerra nos anos imediatamente posteriores à obra de Nuno Severiano Teixeira. A obra de Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial* (Marques, 2008), sobre o C.E.P., e de Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, (Arrifes, 2004), essencialmente, sobre as expedições enviadas para Moçambique, são marcos essenciais nesta releitura, à luz “dos de baixo”, do soldado, do combatente, a partir da vida dos mobilizados, mais do que dos agentes políticos da intervenção. Era voltar a dar vida e dando a conhecer a história dos “labregos” de que falava Aquilino Ribeiro, do povo humilde empurrado para a guerra pelos políticos e pelas guerras entre os políticos.

Todavia esta releitura da participação nacional na 1ª Guerra Mundial, mais do que condenar e vituperar a sua memória, deu-lhe um novo fôlego e uma nova legitimidade: os mobilizados mais do que os políticos, pese todos os erros e incompetências destes, cumpriram o melhor que puderam, e muitas vezes com grande sofrimento, a missão militar para que tinham sido chamados. O país, apesar de tudo apresentou-se. A nação esteve presente na hora, o Estado, esse, nem tanto.

Expressivo desta releitura é a obra, talvez das mais notáveis, e sem dúvida, altamente inovadora no que toca ao conhecimento da história do C.E.P. de António Telo e Pedro Marquês de Sousa e que tem por título, significativamente: “O CEP. Os militares sacrificados pela má política” (Telo e Sousa, 2016). De igual modo, e a respeito do campo de convalescentes de Goba, em Moçambique, que mais não seria que um verdadeiro campo de morte, escreve Manuel de Carvalho “um monumento póstumo seria lá construído para não deixar esquecer essa última afronta de Portugal aos portugueses” (Carvalho, 2015, p. 235). Não se pode ser mais eloquente, se lermos a história da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial, à luz desta dicotomia entre o Estado e a nação.

Reside aqui a última grande ironia da história. A guerra que os republicanos radicais quiseram que os legitimasse, tornou-se, como disse Fernando Rosas em recente conferência,

uma “decisão suicidária”⁵³ que os condenou a prazo. Não obstante, por um extraordinário paradoxo, bem observado por Nuno Severiano Teixeira, essa mesma guerra legitimou a República, no seu sentido mais geral. Os que combateram e morreram pela pátria na guerra e a bandeira que os guiou, a republicana, fizeram com que a República adquirisse uma legitimidade política de cariz verdadeiramente nacional – a República, não os radicais propulsores do intervencionismo:

“Entre 1914 e 1918 foi sob a bandeira verde e vermelha que as tropas portuguesas defenderam os interesses nacionais e a integridade do território colonial em África”. (Teixeira, 2015, 67).

Teixeira conta mesmo um interessante episódio, passado no Porto, (provavelmente, parece-nos, em 1919), em que uma mulher do povo exclama ofendida ao ver arrastar a Portuguesa pelo chão: “É muito mal feito. Então a bandeira que vi cobrir o corpo de um soldado que veio de França ferido e veio cá morrer é para se pôr ali? A bandeira que cobriu o caixão do Sr. Presidente da República Sidónio Pais! Isto não se faz!” (Teixeira, 2015, pp. 67-8).

Coaduna-se com esta visão da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial o propósito que conduz a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial no desenvolvimento das suas atividades evocativas e que é pelo seu presidente, o General Mário de Oliveira Cardoso, expresso na sua apresentação no sítio da comissão na internet: “Há cem anos atrás Portugal envolveu-se – e viu-se envolvido – num conflito criado e nascido na, já na altura, velha Europa, sacudida, uma vez mais, por convulsões que sempre tiveram a ver ou com fronteiras das Nações ou com a tentativa de domínio dos Estados mais fortes (...).

O que motivou o envolvimento de Portugal; a forma como o fez; os resultados objectivos de uma intervenção que nos fez combater em África, no Atlântico e na Europa e que nos custou 7760 vidas e mais de 30000 baixas, entre feridos, desaparecidos, incapazes e prisioneiros, tem sido estudado, discutido e alvo de perspectivas justificativas diversas.

O facto é que a História não se muda.

Assim, assinalar este período deve ser para nós, portugueses de outra era, um ato de homenagem ao sacrifício pedido ao Povo, que tudo deu para alcançar os objetivos que os dirigentes do Estado entendiam ser adequados para a sobrevivência soberana de Portugal.

Esse respeito pelo sacrifício é o que anima este projecto.

Não nos preocupa, enquanto comissão, que existam perspectivas contraditórias; que se revelem as nossas fraquezas na condução política e militar ou que sejam evidenciadas as nossas qualidades, individuais e coletivas.

Preocupa-nos sim se a discussão, que se pretende que exista ao longo deste período entre 2014 e 2018, se alheie ou ignore o sacrificíssimo do Soldado de Portugal que, uma vez mais na sua longa caminhada, deu tudo; e tudo é a própria vida!”⁵⁴

⁵³ Fernando Rosas, “Portugal, o quadro interno e o quadro externo”, Conferência pronunciada no Seminário “O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal” realizado no Instituto da Defesa Nacional a 27 de fevereiro de 2018.

⁵⁴ Mário de Oliveira Cardoso, Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial. *Apresentação – Propósito da Comissão*, apresentado pelo Presidente da Comissão, Sítio da Comissão na Internet, Portugal na Grande Guerra. O texto do propósito está datado de 21 de maio de 2013. In <http://www.portugalgrande guerra.defesa.pt/Paginas/A%20Comissao.aspx>, consultado em 30 de abril de 2018.

O “propósito” da Comissão não recusa que se reconheçam as dilacerações por que passava o país de um ponto de vista político e ideológico ou outro, nem que não se fala das debilidades estratégicas, táticas e logísticas das forças militares portuguesas. O seu fito é outro. É evocar e relembrar os que se batendo, morreram pela pátria, ou seja, deram a vida pelos portugueses. A anamnese dos mortos em combate, e que se correlaciona com a ideia de um Portugal pobre, no início do século XX, e um povo sofrido.

A memória da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial nacionalizou-se, a despeito da cisão política coeva e da oposição entre “guerristas” e “antiguerristas”, e da guerra civil larvar e suas guerras civis intermitentes. É uma guerra nacional, não por ser do Estado, mas por a nação a ter combatido, através dos soldados mobilizados, do povo chamado às armas e que a combateu em África e na Europa, sofreu e morreu e por isso dela se apropriou e a fez parte integrante da gesta lusitana e da história de Portugal. No fundo, a nação uniu-se em torno dos que por ela morreram em combate.

Conclusões

A narrativa também proporciona a construção de imagens sobre a realidade. Essas imagens são a ideia charneira a partir do qual determinada realidade é lida pelos coevos e pelos vindouros, interpretada e apropriada pela memória coletiva. Essa memória coletiva que procurar enquadrar a vivência individual de cada um numa realidade coletiva mais ampla e significativa. Podemos dizer assim que em três momentos, três imagens foram construídas em redor da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial.

O primeiro momento dá-se com o desejo de intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial e a sua posterior participação na conflagração. Duas imagens contraditórias são elaboradas, uma por aqueles que visam legitimar a participação bélica na guerra, principalmente no teatro de guerra europeu, outra que visa mobilizar a sociedade contra essa intervenção, vista como servindo, não interesses nacionais, mas de fação partidária e estrangeira também. Para os intervencionistas, a participação de Portugal na conflagração seria um vetor de modernização da força armada e da sociedade e uma afirmação de pertença à Europa. Para os seus opositores, o intervencionismo derivaria de dependência de Portugal face à Grã-Bretanha e dos interesses particulares de alguns setores políticos radicais nacionais e resultaria na miséria e no empobrecimento de Portugal.

Um segundo momento surge com o fim da 1ª Guerra Mundial, durante a 2ª fase da 1ª República e o Estado Novo, e derivava de edificação nacional de uma memória mais ou menos consensual em torno da participação de Portugal na contenda. O mito de um povo heroico, que pese as imensas dificuldades impostas pela guerra, se soube bater com brio e heroicamente durante a 1ª Guerra Mundial torna-se o tópico axial. Esta imagem permitia, de algum modo consensualizar a intervenção do país na Grande Guerra no quadro nacional.

Um terceiro momento emerge com a contemporaneidade e com a leitura que a contemporaneidade faz de Portugal, no quadro do seu próprio desenvolvimento, e das tensões políticas a ele associadas: um país atrasado e pobre, profundamente dilacerado ideologicamente, atravessada por uma conflitualidade política, em determinados casos metamorfoseada em contenda armada intracomunitária e que foi arrastado para a guerra, para a qual não dispunha de meios com que se bater, empurrado pelos políticos que puseram em

campo uma força militar sem as condições necessárias para uma ação bélica consequente. Não obstante, as dificuldades e os erros, os soldados, dadas as circunstâncias, bateram-se o melhor que puderem e o seu fracasso é na verdade bem mais o fracasso do Estado que do país.

As diversas narrativas procuram de alguma forma enquadrar e inserir as experiências individuais numa mais ampla vivência coletiva, elaborando um trajeto analítico que dê significação tanto aos atos singulares dos indivíduos, como a ação coletiva. Nesse sentido, trata-se de engendrar uma memória coletiva que possa igualmente ser apropriada por cada indivíduo, sem que com isso se perca o quadro geral nacional.

Referências

- Aron, R. (1976).** *Penser la Guerre. Clausewitz. I. L'âge européen.* Paris: Éditions Gallimard.
- Arrifes, M.F. (2004).** *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918).* Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Barros, T. de B. (s/d.).** *História de Portugal. Ensino Primário.* Editora Educação Nacional de Adolfo Machado: Porto.
- Chantal, D. et al. (1996).** *Dicionário Prático de Filosofia.* Lisboa: Terramar.
- Cardoso, M. de O. (2018).** “Apresentação – Propósito da Comissão”, apresentando pelo Presidente da Comissão. *Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial – Sítio da Comissão na Internet, Portugal na Grande Guerra.* O texto do propósito está datado de 21 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/A%20Comissão.aspx>, consultado em 30 de abril de 2018.
- Carvalho, M. (2015).** *A Guerra que Portugal Quis Esquecer.* Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. (2005).** *Poder e Ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940).* Lisboa: Livros Horizonte.
- Clausewitz, Carl Von (1989).** *On War.* Princeton: Princeton University Press.
- Duarte, António Paulo (2015).** “A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra”, in António José Telo (Coordenação), *A Grande Guerra: Um Século Depois. Atas.* Lisboa: Academia Militar/Fronteira do Caos, pp. 78-99.
- Han, Byung-Chul (2018).** *A expulsão do outro.* Lisboa: Relógio de Água.
- Junta Nacional de Propaganda Patriótica, (1916).** *A Guerra.* Lisboa: Imprensa Nacional.
- Marques, Isabel Pestana, (2008).** *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial.* Lisboa, Esfera dos Livros.
- Martins, Nobre, (1916).** “Portugal na Guerra”. *Ilustração Portuguesa*, nº 546, pp. 105-110.
- Matos, Norton de, (2004).** *Memórias e Trabalhos da Minha Vida. 3º Vol., Tomo V.* Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Matoso, António G., (s/d).** *História de Portugal.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Oliveira, Pedro Aires, (2011).** “A República e a Guerra”, in Luciano Amaral, Org., *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926).* Lisboa: Edições 70, pp. 185 e 190-193.
- Pascoeas; Teixeira de, (1916).** “A Guerra”. *Portugal e a Guerra. A Águia*, nº 52, 53, 54, pp. 109-111.

- Pessoa, Fernando**, (2015). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Rosas, Fernando**, (2007). *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos conflitos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando**, (2018). “Portugal, o quadro interno e o quadro externo”, In *Seminário Internacional “O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal”*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 27 de fevereiro de 2018.
- Santos, Miguel Dias**, (2013). “The Monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *JPH*. Vol. 11. Number 2. Winter, pp. 30–49.
- Sontag, Susan**, (2015). *Olhando o Sofrimento dos Outros*. Lisboa: Quetzal.
- Teixeira, Nuno Severiano**, (1996). *O Poder e a Guerra, 1914–1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Teixeira, Nuno Severiano**, (2015). *Heróis do Mar. História dos Símbolos Nacionais*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Telo, António José**, (2014). “Um enquadramento global para uma guerra global”. *Nação e Defesa*, n.º 139, pp. 8–33.
- Telo, António José e Sousa, Pedro Marquês de**, (2016). *O CEP. Os militares sacrificados pela má política*. Porto: Fronteira do Caos Editores.